

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202408/1132

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Orgão / Serviço: Instituto Politécnico de Viseu

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Especiais

Carreira: Docente do ensino superior politécnico

Categoria: Professor coordenador principal

Grau de Complexidade: 0

Remuneração: a que resulta do estatuto remuneratório

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

o descrito no artigo 2º-A e n.º 1 do artigo 9º-A do ECPDESP e no Regulamento

de Prestação de Serviço dos Docentes do Instituto Politécnico de Viseu, Caracterização do Posto de Trabalho: publicado no Diário da República, 2ª série, nº 69 de 9 de abril de 2021

(Despacho nº 3679/2021).

Requisitos de Admissão

Relação Júridica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição,

convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o

Relação Jurídica: exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Doutoramento

Descrição da Habilitação Literária: grau de doutor

Grupo Área Temática Sub-área Temática Área Temática

Engenharia Agro - Alimentar Agricultura, Pecuária e Recursos Naturais Agro-Indústria

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Escola Superior Agrária de Viseu	1	Quinta da Alagoa - Estrada de Nelas - Ranhados	Viseu	3500606 VISEU	Viseu	Viseu

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações



Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: rh-candidaturas@sc.ipv.pt

Contacto: 232480700 Data Publicitação: 2024-08-28 Data Limite: 2024-10-09

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso nº18768/2024/2 do DR 2ª série nº165 de 27/08/2024

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1. Nos termos do Estatuto da Carreira de Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) aprovado pelo Decreto-lei n.º 185/81 de 1 de julho alterado pelo Decreto-lei n.º 69/88 de 3 de março e pelo Decreto-lei n.º 207/2009 de 31 de agosto e pela Lei 7/2010 de 13 de maio; Regulamento n.º 754/2010 de Recrutamento e Contratação por Tempo Indeterminado de Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Viseu publicado no D. R., 2.ª Série de 28 de setembro de 2010; DL 112/2021 de 14 de dezembro de 2021, e demais legislação complementar aplicável ao pessoal docente do ensino superior Politécnico e aos trabalhadores que exercem funções públicas, José dos Santos Costa, Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, torna público que, pelo seu despacho n.º 49/2023 de 13 de junho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da publicação do presente edital em Diário da República, concurso documental interno de promoção, para preenchimento de uma vaga de Professor Coordenador Principal, da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico, prevista no mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Viseu, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para as áreas disciplinares de Gestão Industrial e Conceção Tecnológica; Processos na Indústria Alimentar; Inovação, Desenvolvimento e Aproveitamento de Produtos Alimentares da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu. 2. Prazo de validade: O presente concurso esgota-se com o provimento do lugar posto a concurso. 3. Categoria: Professor Coordenador Principal 4. Conteúdo funcional da categoria: o descrito no artigo 2º-A e n.º 1 do artigo 9º-A do ECPDESP e no Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes do Instituto Politécnico de Viseu, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 69 de 9 de abril de 2021 (Despacho nº 3679/2021). 5. Posição remuneratória: a remuneração é a que resulta do estatuto remuneratório aplicável ao pessoal docente do ensino superior politécnico, de acordo com o disposto no artigo 35.º n.º 1 do ECPDESP e no Decreto-lei n.º 408/89, de 18 de novembro, na sua redação atual. 6. Requisitos de Admissão: 6.1. Requisitos gerais: são requisitos gerais de admissão ao concurso, os previstos no arto 170 da lei de Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20 de junho, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º - E do ECPDESP. 6.2. Requisitos Especiais: podem candidatar-se ao presente concurso, os candidatos que preencherem os requisitos do n.º 3 do artigo 9º-A do ECPDESP e no artigo 3º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro. 7. Formalização da candidatura: 7.1 As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, contendo os seguintes elementos: nome completo, filiação, data e local de nascimento, estado civil, profissão, residência, endereço de correio eletrónico e n.º de telefone, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente edital. 8. Instrução da candidatura: 8.1. A candidatura deve ser instruída com a seguinte documentação que deverá juntar-se ao requerimento de candidatura: 8.1.1. Cópia do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito, 8,1,2. Documentos comprovativos dos requisitos especiais exigidos para admissão a concurso. 8.1.3. Documentos comprovativos de que se encontra nas condições previstas no artigo 17º da lei de Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, salvo se declarar, no respetivo requerimento, em alíneas separadas, e sob compromisso de honra, a situação em que se encontra relativamente a cada uma delas. 8.1.4. Um exemplar do Curriculum Vitae em suporte de papel e um em suporte digital em PDF não editável, contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura, e organizado obrigatoriamente de acordo com os critérios e



subcritérios de seleção e seriação constantes do edital, com os respetivos documentos comprovativos. O candidato deve assegurar a legibilidade dos ficheiros contidos no suporte digital. 8.2. Os documentos devem ser apresentados em língua portuguesa, devendo o requerimento e Curriculum Vitae estar datados e assinados e podem ser entregues, até às 23h59 do último dia do prazo: 8.2.1. Por via eletrónica, para o endereço rh-candidaturas@sc.ipv.pt; ou 8.2.2. Pessoalmente, no Setor de Expediente do IPV, sito na Av. Coronel José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico, 3504-510 Viseu; ou 8.2.3. Através de correio registado, com aviso de receção para o Instituto Politécnico de Viseu, sito Av. Coronel José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico, 3504-510 Viseu, até à data-limite fixada no presente edital, entendendo-se, neste último caso, a data do respetivo registo. 8.3. Os candidatos que sejam docentes do Instituto Politécnico de Viseu estão dispensados de entregar os documentos que se encontrem no seu processo individual, devendo, para tanto, declarar tal facto no seu requerimento. 8.4. A não apresentação dos documentos exigidos nos termos do presente edital ou a sua apresentação fora do prazo estipulado, determina a exclusão do concurso nos termos do artigo 22.º do Regulamento de Recrutamento e Contratação por tempo indeterminado de pessoal docente do Instituto Politécnico de Viseu (Diário da República, 2ª série, de 28 de setembro de 2010). 8.5. Notificação dos candidatos: A notificação dos candidatos é efetuada, por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação; 9. Processo de seleção e seriação 9.1. A seleção dos candidatos ao concurso é realizada pelo método de avaliação curricular e concretiza-se em dois momentos: pela verificação do cumprimento dos critérios de mérito absoluto, nos termos do n.º 4 do art. 3º do DL 112/2021, n.º 7 do artigo 23 do ECPDESP e pela classificação obtida a partir de um sistema de valoração constituído com base em parâmetros, critérios e ponderações, considerando os critérios aprovados em Conselho Técnico-Científico da Escola Superior Agrária de Viseu nos termos do art.º 23º, n.º 6 do ECPDESP e do art.º 24º do Regulamento de Recrutamento e Contratação por tempo indeterminado de pessoal docente do Instituto Politécnico de Viseu (mérito relativo). 9.2. Mérito absoluto Consideram-se aprovados por mérito absoluto os candidatos que cumpram pelo menos 50% dos indicadores das componentes Desempenho Técnico-Científico; Capacidade Pedagógica e Outras atividades de acordo com os itens constantes no Anexo I. 9.3. Sistema de valoração 9.3.1. Os candidatos aprovados por mérito absoluto são seriados por ordem decrescente da classificação obtida a partir de um sistema de valoração constituído com base em parâmetros, critérios e ponderações, conforme o artigo 28º do Regulamento de Recrutamento e Contratação por tempo indeterminado de pessoal docente do Instituto Politécnico de Viseu. 9.3.2. Na aplicação dos métodos de seleção, serão aplicados os seguintes critérios: a) Desempenho Técnico-Científico do candidato (CTCP) b) Capacidade Pedagógica (EP) c) Outras atividades (OARES) 9.3.3. De acordo com os itens e subitens e respetiva valoração constantes no Anexo II, a classificação final será expressa de 0 a 100 valores, com arredondamento às décimas, que resultara da aplicação da seguinte fórmula: Classificação final (CF) = 0,40xCTCP + 0,40xEP + 0,20xOARES No caso da classificação de dois ou mais candidatos ser igual a 100 pontos, a ordenação far-se-á pelo número total de pontos do candidato sem aplicação dos pontos máximos em cada parâmetro. 9.4. Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP, o júri pode, sempre que entenda necessário, solicitar aos candidatos a entrega dos originais dos comprovativos anexos ao currículo, bem como a entrega de documentação complementar relacionada com o mesmo, determinando o prazo para o efeito. 10. Júri: 10.1. Constituição do júri: 10.1.1. Presidente: Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, Professor Doutor João Manuel Vinhas Ramos Marques 10.1.2. Vogais efetivos: Professora Doutora Cristina Maria Fernandes Delerue Alvim de Matos, Professora Coordenadora Principal do Instituto Politécnico do Porto Professor Doutor José Alberto Cardoso Pereira, Professor Coordenador Principal da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança Professor Doutor José António Couto Teixeira, Professor Catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Minho Professora Doutora Maria de Fátima Nunes de Carvalho, Professora Coordenadora Principal do Instituto Politécnico de Beja Professora Doutora Helena Margarida Nunes Pereira, Professora Catedrática Jubilada Emérita do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. 10.1.3. Vogais suplentes: Professor Doutor Francisco Xavier Delgado Domingos Antunes Malcata, Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto Professora Doutora Lígia Maria Salgueiro Silva Couto, Professora Catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. 10.2. O júri pode deliberar quando estiverem presentes pelo menos dois terços dos seus vogais e quando a maioria dos vogais presentes for externa. 10.3. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros do júri,



presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções. 10.4. O júri pode, sempre que o entenda necessário, proceder à realização de audições públicas dos candidatos admitidos, sendo todos os candidatos informados com uma antecedência mínima de 5 dias, da data e do local em que as audiências públicas terão lugar. 11. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular é efetuada através de lista afixada em local visível e público nas instalações dos Serviços Centrais do IPV e na sua página eletrónica no seguinte endereço: http://www.ipv.pt. 12. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados para o mesmo efeito. As notificações são efetuadas por correio eletrónico. 13. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 14. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do Instituto Politécnico de Viseu após aplicação dos critérios de seleção. 15. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 16. O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vogal efetivo indicado em primeiro lugar. 17. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 18. O presente concurso será ainda publicitado na BEP (Bolsa de Emprego Público), e no sítio da Internet do Instituto Politécnico de Viseu.

	Observações		
_			
	Alteração de Júri		
	Resultados		
	Questionário de Termino da Oferta		
	Admitidos		
	Ma	asculinos:	Femininos:
	Total:		
	Total SME:		
	Total Com Auxílio da BEP:		
	Recrutados		

Masculinos:

Femininos:



Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: